

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL

PROCESSO n. 19.30.1034.0000019/2026-08
PREGÃO ELETRÔNICO - EDITAL n. 90011/2026
UASG n. 925892
Recebimento de propostas: a partir da data da divulgação do aviso no sítio: www.compras.gov.br.
Abertura das propostas: às 10h (Dez horas), do dia 15/05/2026 (horário de Brasília).
Endereço eletrônico onde será realizada a sessão pública: www.compras.gov.br
ESTE CERTAME É EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE-ME/EPP

1. LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO n. 90011/2026

1.1. A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, com sede na Quadra 202 Norte, Conj. 01, Av. LO-04, Lt. 5/6, CEP. 77.006-218, Palmas - TO, torna público, para conhecimento dos interessados, que promoverá **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, visando a **Aquisição de Sistema de Prontuário Eletrônico em modelo SaaS (Software as a Service) para gestão integrada dos registros de saúde da Área de Promoção e Assistência à Saúde (APAS) do Ministério Público do Estado do Tocantins, com recursos de segurança da informação, conformidade com a LGPD, integração com o Sistema Athenas e geração automatizada de relatórios gerenciais**, na data, horário e endereço eletrônico acima indicados. A licitação será regida pela Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, do ato normativo 016/2023. Este Pregão será conduzido pelo Pregoeiro e respectiva equipe de apoio designados pela portaria n. 1.983/2025, publicada no DOMP/TO n. 2300 de 12 de dezembro de 2025.

1.2. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

1.2.1. Termo de Referência - **Anexo I**;

1.2.2. Modelo Declaração a que se refere o art. 4º, XI, IN RFB n. 1.234 (somente para a empresa vencedora) - **Anexo II**;

1.2.3. Modelo da Proposta de Preços - **Anexo III**;

1.2.4. Minuta do Contrato - **Anexo IV**.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto do presente Pregão Eletrônico consiste na Aquisição de Sistema de Prontuário Eletrônico em modelo SaaS (Software as a Service) para gestão integrada dos registros de saúde da Área de Promoção e Assistência à Saúde (APAS) do Ministério Público do Estado do Tocantins, com recursos de segurança da informação, conformidade com a LGPD, integração com o Sistema Athenas e geração automatizada de relatórios gerenciais, conforme quantitativos e especificações descritos no Termo de Referência - **Anexo I**.

2.1.1. **Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no CATMAT/CATSER e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.**

2.2. É recomendada a leitura integral deste Edital e seus Anexos, uma vez que a sua inobservância, principalmente no que diz respeito à documentação exigida e à apresentação da proposta, poderá acarretar respectivamente a inabilitação e a desclassificação da licitante.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Este certame é exclusivo para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte-ME/EPP, desde que as empresas atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação, e estejam previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e perante o sistema eletrônico provido pelo Governo Federal, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

3.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao responsável pelo provimento do sistema, junto ao qual também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e operação, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

3.1.2. O uso da senha de acesso é de responsabilidade exclusiva da licitante, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao PGJ/TO responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.2. Para fins de enquadramento da licitante como ME/EPP deverá ser observado o disposto neste edital, aplicando-se, no que couber, as disposições do Decreto Federal n. 8.538/2015.

3.3. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, disponibilizadas pelo provedor do sistema, com o qual também poderão se informar a respeito do seu funcionamento e operação, bem como receber as instruções detalhadas de sua correta utilização.

3.4. O licitante se responsabiliza exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da PGJ/TO por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. A pessoa jurídica que não atender às condições deste edital e seus anexos;

3.5.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.5.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.5.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.5.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impedida de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.5.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.5.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n. 6.404/1976, concorrendo entre si;

3.5.7. Agente público do Ministério Público do Estado do Tocantins;

3.5.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.5.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), atuando nessa condição (Lei n. 9.790/1999 e Acórdão n. 746/2014-TCU-Plenário).

3.5.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n. 14.133/2021.

3.6. O impedimento de que trata o item 3.5.4 também será aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua

controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

3.7. A vedação de que trata o item 3.5.7. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

4.1. Aplicam-se à presente licitação as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006, salvo nas hipóteses previstas no §1º do art. 4º da Lei n. 14.133/2021.

4.2. Somente farão jus aos critérios de preferência estabelecidos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006, as licitantes que se enquadrem nos termos do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006 e do §2º do art. 4º da Lei n. 14.133/2021, devendo declarar tal condição em campo próprio do sistema na oportunidade de cadastramento da proposta.

4.3. A partir da verificação de que trata o subitem anterior, constatado o extrapolamento do limite de enquadramento, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio do sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.

4.3.1. Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo Pregoeiro ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no §4º do art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006 ou, ainda, tenha celebrado, no ano-calendário de realização da licitação, contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como ME/EPP, em atenção ao disposto no §2º do art. 4º da Lei n. 14.133/2021.

5. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA

5.1. A licitante deverá cadastrar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico o **preço total de cada item** observados o quantitativo e a unidade de fornecimento do objeto a ser contratado, conforme especificações constantes dos anexos deste edital.

5.2.1. Os valores deverão ser expressos em algarismo arábico, na moeda Real, considerados até os centavos, compreendendo todos os custos diretos e indiretos, em especial o frete, tributos, encargos sociais, previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto deste edital.

5.3. Para o adequado cadastramento da proposta, a licitante deverá consignar, nos campos próprios, as informações exigidas pelo sistema, observando, para tanto, as especificações do objeto constantes deste Edital.

5.4. O campo 'Descrição Detalhada do Objeto Ofertado' será destinado, a critério da licitante, às informações complementares da proposta, observando-se prazos e condições de execução do objeto definidos no presente ato convocatório.

5.4.1. A omissão dos prazos e condições fixados no subitem anterior implica a aceitação, por parte da licitante proponente, daqueles indicados neste edital.

5.5. A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do edital.

5.5.1. Para a efetivação do cadastro da proposta, a licitante deverá observar os campos do sistema eletrônico relativos às declarações de atendimento aos requisitos de habilitação e de conformidade da proposta com as exigências do edital.

5.6. A licitante que se enquadre na definição de microempresa ou empresa de pequeno porte e queira se valer dos direitos de preferência previstos na Lei Complementar n. 123/2006 deverá declarar sua condição em campo próprio do sistema.

5.7. Uma vez certificada após o devido processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, a declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta e/ou ao

enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital, sem prejuízo de outras previstas em lei.

5.8. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta cadastrada.

5.9. As propostas terão validade de 90 (noventa) dias, contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste edital.

5.9.1. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para contratação, ficam as licitantes liberadas dos compromissos assumidos.

5.10. A apresentação da proposta implica a aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

6.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste edital, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

6.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico (“chat”).

6.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante de inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.

6.4. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.5. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>.

6.6. O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública do certame, justificando, no “chat”, os motivos da suspensão e informando a data e o horário previstos para a reabertura da sessão.

6.7. O Pregoeiro desclassificará a proposta que identifique o licitante.

6.7.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.7.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.8. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7. DO INÍCIO DA DISPUTA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A fase de lances deste Pregão será processada pelo modo de disputa “aberto e fechado”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, conforme procedimento estabelecido no art. 24 da Instrução Normativa SEGES/ME n. 73/2022.

7.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.3. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo (menor preço ou maior desconto) e os das ofertas com preços até 10% por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.3.1. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.4. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores (menor preço ou maior desconto).

- 7.4.1.** Não havendo lance final e fechado classificado na forma estabelecida nos itens anteriores, haverá o reinício da etapa fechada, para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- 7.5.** Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atenda às exigências de habilitação.
- 7.6.** A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento, ressalvado o disposto no item 7.7.
- 7.7.** Durante a etapa de envio de lances, tendo por fundamento o disposto nos arts. 5º, 9º e 11 da Lei n. 14.133/2021, o Pregoeiro poderá desclassificar a proposta que possa comprometer a regularidade do certame, a dinâmica da disputa e/ou causar prejuízo à competitividade do processo licitatório, assim compreendidos:
- 7.7.1.** Proposta que apresente objeto em manifesta desconformidade com as características especificadas no edital ou que apresente elemento que possibilite a pronta identificação da licitante;
- 7.7.2.** Proposta com preços manifestamente inconsistentes ou inexequíveis;
- 7.8.** Serão considerados preços manifestamente inconsistentes ou inexequíveis quando ofertados valores ou percentuais simbólicos ou irrisórios, claramente incompatíveis com os praticados pelo mercado.
- 7.9.** Mediante decisão fundamentada registrada no sistema e acessível a todos, o Pregoeiro apresentará as razões para a prévia desclassificação da proposta, esclarecendo os motivos que ensejaram a decisão em vista do disposto no item 6.7.
- 7.10.** Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e do valor consignados no registro de cada lance.
- 7.10.1.** O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 7.1 deste Edital.
- 7.11.** A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
- 7.12.** Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.
- 7.13.** Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 7.14.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.16.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática do porte da entidade empresarial, na Receita Federal. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006, regulamentada pelo Decreto n. 8.538/2015.
- 7.16.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.16.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.16.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.16.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para

que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.17. Somente poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.17.1. Havendo empate entre as ofertas, o critério de desempate será o previsto no art. 60 da Lei n. 14.133/2021, nesta ordem:

a) Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

c) Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.18. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.18.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.18.2. Empresas brasileiras;

7.18.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.18.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n. 12.187/2009.

7.19. Em caso de empate entre as propostas classificadas, após a aplicação de todos os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021, será realizado sorteio eletrônico no sistema gov.br/compra, conforme disposto na Instrução Normativa n. 79/2024.

7.19.1. O sorteio será realizado de forma aleatória e pública, sendo a ordem de classificação definida pelo sistema.

7.19.2. A participação no sorteio será obrigatória para todas as propostas empatadas.

7.19.3. O resultado do sorteio será divulgado no sistema gov.br/compra, sendo disponibilizado aos participantes e ao público em geral.

7.19.4. A ata do sorteio conterá a relação das propostas empatadas, a ordem em que foram sorteadas e a data e hora da realização do sorteio.

8. DA NEGOCIAÇÃO

8.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, nos termos do art. 61 da Lei n. 14.133/2021, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com a licitante mais bem classificada, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

8.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

8.1.2. O Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

8.1.3. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado, a negociação poderá ser feita com os demais licitantes classificados, exclusivamente por meio do sistema, respeitada a ordem de classificação.

8.2. Finalizada a negociação o Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.3. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

9. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

9.1. O Pregoeiro solicitará à licitante vencedora o envio da proposta de preços devidamente adequada ao último lance, por meio de campo próprio do sistema.

9.1.1. O prazo para envio da proposta é de, no mínimo, 02 (duas) horas a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo Pregoeiro a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

9.1.2. Para a contagem do prazo de que trata o item anterior não será considerado o tempo de suspensão da sessão realizada pelo Pregoeiro.

9.1.3. A proposta de preços deverá conter:

a) Descrição clara e detalhada do produto/serviço ofertado, em conformidade com as especificações técnicas constantes no Termo de Referência (Anexo 1 do Edital), de forma a viabilizar a análise de sua conformidade, com indicação do fabricante/marca/modelo, de quantidade, prazo de entrega, de garantia e demais características dos produtos/serviços, no que for aplicável.

a.1) O Pregoeiro poderá diligenciar a apresentação de *folders*, prospectos e outros documentos que contenham informações e detalhamentos acerca das especificações técnicas dos produtos/equipamentos ofertados.

b) Número do Pregão Eletrônico, identificação social, número do CNPJ responsável pela execução do objeto, assinatura do representante legal da proponente, número de telefone, endereço, dados bancários, e indicação de endereço eletrônico (e-mail);

c) Indicação do responsável pela assinatura do contrato, se for o caso, com o número da carteira de identidade, CPF, e, caso não seja sócio da empresa, procuração passada em instrumento público ou particular, com poderes para assinatura do instrumento, em nome da proponente;

d) Indicação de preço em real, com indicação do valor total do item, bem como o valor total da proposta, em algarismos e por extenso, calculados com duas casas decimais;

9.1.4. Em caso de não envio da proposta no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo Pregoeiro, a licitante será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

9.1.5. A proposta será desclassificada quando:

a) As especificações do objeto ofertado estiverem em manifesta desconformidade com as exigências estabelecidas no edital;

b) Contiver valores simbólicos, irrisórios ou manifestamente inexequíveis, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie, de forma expressa e motivada, à parcela ou à totalidade de remuneração.

9.1.6. Para fins de análise técnica do objeto ofertado na proposta e sua conformidade às especificações do instrumento convocatório, será colhida manifestação do setor demandante da aquisição/contratação ou da área técnica especializada no objeto.

9.1.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada e implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o disposto no instrumento convocatório, assumindo a licitante o compromisso pela adequada execução do objeto.

9.1.8. Os preços de referência estabelecidos pela Administração no Mapa de Preços devem ser observados pelo licitante, pois serão considerados os preços máximos a serem contratados pelo item e/ou grupo de itens, se for o caso.

9.1.9. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto os resultantes da etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.2. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade com as especificações técnicas estabelecidas no edital e quanto ao preço ofertado, que não poderá ser superior ao valor estimado constante no Termo de Referência (Anexo I).

9.2.1. O Pregoeiro poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

9.2.2. Havendo falhas na proposta, o Pregoeiro deverá empreender diligências para a sua correção e/ou

saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei n. 14.133/2021.

9.3. Se houver indícios de inexecução relativa da proposta, o Pregoeiro deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta aplicando-se, no que couber, o art. 34 da Instrução Normativa SEGES/ME n. 73/2022.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

10.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica:

10.3. Cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo território nacional, para pessoas físicas.

10.4. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores e, em se tratando de sociedades civis, inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova da diretoria em exercício.

Habilitação fiscal, social e trabalhista:

10.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

10.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto.

10.7. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

10.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

10.10. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estadual ou municipal relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.11. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123/2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Técnica:

10.12. Os requisitos de qualificação técnica estabelecidos são essenciais e proporcionais à criticidade da contratação, considerando que o sistema de prontuário eletrônico constituirá repositório central de dados sensíveis de saúde de membros e servidores do MPTO, cuja perda, indisponibilidade ou comprometimento pode acarretar danos irreparáveis à continuidade assistencial e à segurança dos pacientes.

10.13. A ausência de qualificação adequada do fornecedor representa riscos concretos e elevados de inexecução contratual, descontinuidade do serviço em momento crítico, impossibilidade de integração com o Sistema Athenas (comprometendo um dos principais objetivos da contratação), não conformidade com a LGPD e normas do Conselho Federal de Medicina (expondo a instituição a sanções administrativas e judiciais), perda irreversível de informações clínicas por falhas de backup ou segurança, aprisionamento tecnológico (vendor lock-in) impedindo futura migração de fornecedor, e desperdício significativo de tempo e recursos públicos com retrabalho, remediação de incidentes ou necessidade de nova contratação emergencial.

10.14. Ademais, considerando que o MPTO realiza aproximadamente 295 (duzentos e noventa e cinco) atendimentos mensais em seis especialidades distintas, a contratação de solução inadequada resultaria em resistência dos profissionais ao uso do sistema, manutenção paralela de registros em papel (anulando os benefícios esperados), comprometimento da qualidade do atendimento prestado e frustração integral dos

objetivos institucionais de modernização, eficiência e conformidade legal. Dessa forma, a licitante deverá apresentar:

10.15. A comprovação de que trata este item deverá ser realizada mediante a apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e prazos com o objeto desta licitação;

10.16. Para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, o atestado deverá somar o atendimento a, no mínimo, 07 (sete) usuários simultâneos, o que corresponde à parcela de maior relevância quantitativa do objeto, em estrita observância ao limite de até 50% previsto no § 2º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021;

10.17. Conforme entendimento firmado no Acórdão 519/2025-TCU-Plenário e nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021, a Administração reserva-se o direito de realizar diligências para confirmar a veracidade e a efetiva execução dos serviços declarados.

Qualificação Econômico-Financeira

10.18. Com o objetivo de aferir a aptidão econômica da licitante para cumprir as obrigações contratuais, conforme disposto no art. 69 da Lei nº 14.133/2021, exige-se a apresentação de **Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante, bem como do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social**, que comprovem a boa situação financeira da empresa baseada nos seguintes parâmetros:

I. Obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 1,0 (um);

II. Caso a licitante apresente resultado igual ou menor que 1,0 (um) em qualquer dos índices referidos na alínea anterior, a comprovação de boa situação financeira dependerá da demonstração de Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

11. DO RECURSO

11.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de até 10 (dez) minutos após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão.

11.1.1. O registro da intenção de recurso deverá ser efetivado exclusivamente por meio do sistema, observando-se os procedimentos operacionais estabelecidos na plataforma Compras.gov.br.

11.1.2. Após a declaração final da vencedora do certame, a licitante que tenha registrado a intenção de recurso na forma do item 11.1 deverá apresentar, em momento único, as razões recursais, exclusivamente em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis.

11.1.3. Diante da apresentação das razões recursais, as demais licitantes ficam, desde logo, intimadas a apresentar as contrarrazões, também via sistema, no prazo de 3 (três) dias úteis, que começará a correr do término do prazo para o registro das razões recursais de que trata o item 11.1.2.

11.2. Para a formulação das razões e contrarrazões recursais, havendo solicitação nesse sentido, será assegurada aos licitantes interessados, além dos documentos constantes do sistema, vista imediata dos autos do procedimento administrativo licitatório.

11.2.1. Na análise do recurso, a Administração poderá promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.

11.2.2. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias. (art. 168 da Lei n. 14.133/2021).

11.3. O Pregoeiro poderá reconsiderar ou não a decisão recorrida e, em caso de não reconsideração, os autos serão encaminhados à autoridade superior para julgamento do recurso, observados os prazos previstos no §2º do art. 165 da Lei n. 14.133/2021.

11.4. O provimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12. DA ASSINATURA ELETRÔNICA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS e/ou CONTRATO

12.1. O licitante vencedor será convocado para assinar eletronicamente a ata de registro de preços e/ou contrato dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação.

12.2. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar eletronicamente o instrumento contratual no prazo estabelecido no item 12.1 caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e a sujeitará à multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas em lei.

12.2.1. O prazo para assinatura eletrônica estabelecido no item 12.1 poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação justificada do fornecedor, apresentada tempestivamente dentro do prazo inicial de assinatura e aceita pela Administração.

12.2.2. A assinatura da ata de registro de preços e/ou contrato será realizada exclusivamente por meio eletrônico, utilizando-se o Sistema Eletrônico de Informações - SEI. O licitante vencedor deverá providenciar seu cadastro como usuário externo no SEI, caso ainda não o possua, para viabilizar a assinatura eletrônica.

12.2.3. Caso a licitante vencedora convocada não assine eletronicamente da ata de registro de preços e/ou contrato no prazo estabelecido no item 12.1, é facultado à Administração, por intermédio do Pregoeiro, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, observando-se o disposto nos §§2º e 4º do art. 90 da Lei n. 14.133/2021.

12.3. Por ocasião da assinatura eletrônica da ata de registro de preços e/ou contrato, a Administração verificará, por meio do SICAF e de outros meios, se a licitante vencedora mantém as condições de habilitação e se atende ao disposto nos §§ 2º e 4º do art. 91 da Lei n. 14.133/2021.

13. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este edital por irregularidade na aplicação da Lei n. 14.133/2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por meio eletrônico, pelo e-mail cpl@mpto.mp.br.

13.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada no sítio eletrônico do MPTO, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14. DO VALOR ESTIMADO E CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. A despesa estimada para a execução do objeto desta licitação será no valor de **R\$ 42.311,33 (Quarenta e dois mil, trezentos e onze Reais e trinta e três centavos)**, para o período de 12 (doze) meses, e será consignado no seguinte detalhamento orçamentário:

Unidade Gestora: 070100 - Procuradoria-Geral de Justiça;

Ação: 03.126.1170.1037 - Estruturação de Tecnologia da Informação para as Unidades do MPTO;

Natureza da Despesa: 3.3.90.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica;

Fonte: 0500 - Recursos Ordinários.

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

15.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

15.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

- 15.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 15.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da PGJ/TO, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 15.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a PGJ/TO não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 15.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na PGJ/TO.
- 15.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 15.9.** O Edital e seus anexos estarão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) no endereço eletrônico [https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1].
- 15.10.** As sanções administrativas, regime de execução, obrigações das partes, fiscalização e gestão e critérios de pagamento estão dispostos no Termo de Referência.

Palmas-TO, 29 de abril de 2026.

Ricardo Azevedo Rocha
Pregoeiro

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Contratação de Sistema de Prontuário Eletrônico em modelo SaaS (Software as a Service) para gestão integrada dos registros de saúde da Área de Promoção e Assistência à Saúde (APAS) do Ministério Público do Estado do Tocantins, com recursos de segurança da informação, conformidade com a LGPD, integração com o Sistema Athenas e geração automatizada de relatórios gerenciais.

1.2. Especificação do Objeto

Grupo	Item	Descrição do Objeto	Item CATSER	Unid.	Qtd. Total Estimada	Valor Unitário	Valor Total Mensal	Valor Total (12 meses)
01	01	Licença de uso de Sistema de Prontuário Eletrônico em modelo SaaS, com integração com o Sistema Athenas.	26077 - Software como serviço - SaaS	UN	15	R\$ 227,75	R\$ 3.416,25	R\$ 40.995,00
	02	Treinamento	3840 - Treinamento Informática - Sistema / Software	UN	01	R\$ 1.316,33	-	-
VALOR TOTAL (R\$)								R\$ 42.311,33

Tabela 1 - Especificação do Objeto

1.3. Os itens, objeto desta contratação, não se enquadram como sendo de bem de luxo, conforme Decreto

Federal n. 10.818/2021, adotado no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO) pelo Ato PGJ n. 036/2022, pois seu consumo não está associado à alta elasticidade-renda da demanda, nem apresenta características de ostentação, opulência, forte apelo estético e requinte, sendo compatíveis com os requisitos de disponibilidade, segurança, confiabilidade e desempenho, essenciais à natureza das atividades meio e fim da Instituição.

1.4. Os itens são caracterizados como serviço comum, haja vista que podem ser estipulados padrões de desempenho e qualidade definidos objetivamente pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, conforme a definição constante dos incisos XI, XIII, do art. 6º da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do instrumento contratual no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, conforme o art. 107 da Lei n. 14.133/2021.

1.5.1. Eventual reajustamento do instrumento contratual observará a variação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI), apurado pelo IPEA, ou do índice oficial que legalmente venha a substituí-lo com maior adequação técnica. A aplicação do reajuste respeitará o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data do orçamento estimado.

1.6. O Catálogo de Serviços (CATSER) e o Catálogo de Materiais (CATMAT) possuem limitações e suas descrições nem sempre atendem as especificidades das aquisições do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO). Caso haja divergência entre as especificações do CATSER/CATMAT e deste TR, prevalecerão as especificações que constam do último.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por finalidade demonstrar a necessidade administrativa, técnica e estratégica da contratação de um Sistema de Prontuário Eletrônico em modelo SaaS (Software as a Service), destinado a modernizar os serviços prestados pela Área de Promoção e Assistência à Saúde (APAS) do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO).

2.2. A manutenção do atual modelo de registros físicos em papel impõe severos gargalos operacionais e riscos institucionais à gestão da saúde no âmbito do MPTO. Atualmente, a APAS realiza aproximadamente 295 (duzentos e noventa e cinco) atendimentos mensais nas especialidades de medicina, odontologia, psicologia, fisioterapia, assistência social e enfermagem, todos registrados manualmente em prontuários físicos. Esse modelo obsoleto resulta em um fluxo de trabalho fragmentado entre os profissionais de saúde, gerando ineficiências, dificuldade de acesso ao histórico clínico completo dos pacientes e, conseqüentemente, comprometimento da qualidade e continuidade dos tratamentos. A ausência de uma solução integrada que centralize as informações de saúde leva à impossibilidade de acesso simultâneo aos prontuários por diferentes especialidades, fragilizando a coordenação do cuidado e prejudicando a experiência do paciente.

2.3. Adicionalmente, um ponto crítico de risco institucional é a impossibilidade de assegurar, de forma sistemática e efetiva, a plena conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), especialmente no que se refere ao tratamento de dados sensíveis de saúde. O modelo atual não permite controle adequado de acesso às informações, rastreabilidade das consultas realizadas aos prontuários, nem garantias robustas de segurança no armazenamento e tratamento dos dados.

2.4. A ausência de trilhas de auditoria e de mecanismos automatizados de controle expõe o MPTO a riscos jurídicos significativos e compromete direitos fundamentais dos titulares dos dados. A contratação do Sistema de Prontuário Eletrônico é, portanto, fundamental para sanar essa grave deficiência, ao integrar recursos nativos de segurança da informação, controle de acesso baseado em perfis, registro automático de logs e trilhas de auditoria, alinhando o MPTO às suas obrigações legais e garantindo a proteção adequada dos dados sensíveis de saúde de membros e servidores.

2.5. Do ponto de vista estratégico, a capacidade de integração da solução com o Sistema Athenas, já utilizado pelo MPTO para gestão institucional, facilitará processos administrativos relacionados à gestão de pessoas e benefícios, eliminando retrabalhos e garantindo maior eficiência nos fluxos de informação entre as diversas áreas do órgão. A geração automatizada de relatórios, estatísticas e indicadores de saúde subsidiará o planejamento estratégico das ações, a identificação de demandas emergentes e a avaliação contínua da

qualidade dos serviços prestados, fortalecendo a governança e a capacidade de tomada de decisão baseada em dados.

2.6. Portanto, a aquisição desta solução tecnológica permitirá a otimização direta de recursos públicos ao eliminar custos com impressão e armazenamento físico de documentos, reduzir significativamente o tempo despendido na busca e recuperação de informações, ampliar a produtividade das equipes de saúde por meio do acesso rápido e integrado ao histórico completo dos pacientes e, fundamentalmente, fortalecer a conformidade legal, a segurança da informação e a qualidade do atendimento prestado aos membros e servidores do MPTO.

2.7. Análise do Modelo de Contratação Atual

2.7.1. Atualmente, o Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO) não possui contrato vigente para fornecimento de Sistema de Prontuário Eletrônico destinado à Área de Promoção e Assistência à Saúde (APAS). A gestão dos registros clínicos e administrativos dos atendimentos prestados aos membros e servidores é realizada em formato físico, mediante prontuários em papel.

2.7.2. Este modelo tradicional, embora tenha sido adequado em contextos históricos anteriores, revela-se incompatível com as exigências contemporâneas de eficiência administrativa, segurança da informação, conformidade legal e qualidade no atendimento em saúde.

3. ALINHAMENTO À ESTRATÉGIA

3.1. Aos Objetivos Estratégicos do PEI-MPTO-2020-2029

3.1.1. A pretensa contratação alinha-se aos seguintes objetivos estratégicos do Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado do Tocantins (PEI-MPTO-2020-2029), nos termos da Resolução CPJ n. 006, de 5 de agosto de 2020:

a) Assegurar informação, inovação e tecnologias adequadas.

3.2 Previsão no PCA

3.2.1. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026, conforme detalhamento a seguir:

Nº da Contratação PNCP	N. DFD	Grupo/Classe Catmat/Catser	Descrição da Necessidade	Data Conclusão da Fase Externa da Contratação	Valor Total Estimado
925892-243/2026	6/2026	131 - Serviços de Computação em Nuvem / 26077 - Software como Serviço - SaaS	Contratação de licenças de uso de Sistema de Prontuário Eletrônico	07/05/2026	R\$ 21.668,00

Tabela 02 - Previsão no PCA

3.3. Alinhamento ao PDTI-2025-2026

Descrição da Ação Prevista	A02.1.3
Ação	Contratar licenças de TIC
Perspectiva do Mapa Estratégico	Objetivos Finalísticos

Tabela 03 - Alinhamento ao PDTI 2025-2026

3.4. Alinhamento com o Plano de Logística Sustentável (PLS)

3.4.1. A Política de Sustentabilidade Ambiental, regulamentada pelo MPTO por meio da Resolução CPJ n. 004/2018, prevê que o respectivo Plano de Logística Sustentável seja instituído e implementado gradativamente. Até sua efetiva consolidação, serão observados, de forma subsidiária, os critérios de sustentabilidade ambiental definidos na Instrução Normativa SLTI/MPOG n. 01/2010, em consonância com o disposto no art. 144 da Lei n. 14.133/2021.

3.4.2. Ora, a contratação pretendida está alinhada às diretrizes da Resolução CPJ n. 004/2018, reafirmando o

compromisso institucional com a adoção de práticas responsáveis e sustentáveis. Por se tratar de uma solução 100% baseada em nuvem (Software as a Service - SaaS), a aquisição adere ao princípio da desmaterialização, eliminando a necessidade de alocação, manutenção e consumo de energia de servidores físicos (hardware) na infraestrutura do MPTO para esta finalidade.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. A solução proposta para atender à demanda institucional da Área de Promoção e Assistência à Saúde do Ministério Público do Estado do Tocantins consiste na contratação de Sistema de Prontuário Eletrônico do Paciente operando sob o modelo Software como Serviço (SaaS), contemplando o fornecimento de licenças de uso, serviços de implantação, suporte técnico especializado e hospedagem em nuvem, com integração ao Sistema Athenas.

4.2. A solução destina-se a substituir integralmente o atual modelo de gestão baseado em registros físicos e controles manuais, digitalizando os processos assistenciais e estabelecendo ambiente tecnológico seguro, integrado e conforme às exigências legais e regulatórias aplicáveis ao tratamento de dados sensíveis na área de saúde. O sistema deverá atender às especialidades de medicina, odontologia, psicologia, fisioterapia, assistência social e enfermagem, suportando volume médio de 295 (duzentos e noventa e cinco) atendimentos mensais, com capacidade de escalabilidade para acompanhar o crescimento da demanda institucional.

4.3. A arquitetura da solução fundamenta-se em plataforma web responsiva, acessível por meio de navegadores modernos, sem necessidade de instalação de software cliente nas estações de trabalho. O acesso ao sistema ocorrerá mediante autenticação segura, preferencialmente integrada ao sistema de autenticação institucional (Single Sign-On), garantindo controle rigoroso de permissões e rastreabilidade de todas as operações realizadas. A hospedagem em nuvem, sob responsabilidade do fornecedor contratado, assegurará disponibilidade contínua do serviço, além de mecanismos automatizados de backup e recuperação de desastres.

4.4. O núcleo funcional da solução compreende módulo completo de prontuário eletrônico, com capacidade de registro estruturado de anamnese, evolução clínica, prescrições, atestados, solicitações de exames e demais documentos assistenciais específicos de cada especialidade. O sistema deverá permitir a customização de formulários e templates de acordo com as particularidades dos fluxos de trabalho da APAS, mantendo conformidade com as resoluções do Conselho Federal de Medicina e demais conselhos profissionais pertinentes. A funcionalidade de assinatura digital de documentos clínicos, mediante certificação digital ICP-Brasil ou mecanismos equivalentes reconhecidos legalmente, garantirá autenticidade, integridade e validade jurídica dos registros produzidos.

4.5. A gestão de agendamentos constitui componente essencial da solução, devendo contemplar funcionalidades de agendamento eletrônico, controle de agenda por profissional e especialidade. A integração com o Sistema Athenas permitirá a sincronização automática de cadastros de membros e servidores, evitando duplicidade de informações e garantindo consistência dos dados pessoais e funcionais em toda a infraestrutura tecnológica institucional.

4.6. A conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados representa requisito inegociável da solução. O sistema deverá implementar controles técnicos e administrativos adequados para garantir os princípios de finalidade, adequação, necessidade, transparência, segurança e prevenção previstos na legislação.

4.7. A solução a ser contratada deverá atender integralmente aos requisitos do Nível de Garantia de Segurança 2 (NGS2), definidos no Manual de Certificação para Sistemas de Registro Eletrônico em Saúde (S-RES/SBIS-CFM), por força da Resolução CFM n. 1.821/2007, que condiciona a eliminação do prontuário físico e a validade jurídica dos registros eletrônicos ao cumprimento deste padrão, exigindo, entre outros requisitos, assinatura digital com certificado ICP-Brasil, controle de acesso baseado em perfis, trilhas de auditoria imutáveis e criptografia no armazenamento e transmissão de dados, medidas igualmente necessárias para assegurar a conformidade com a Lei n. 13.709/2018 (LGPD), que classifica os dados de saúde como dados pessoais sensíveis, com respaldo nos princípios de legalidade, proporcionalidade e motivação técnica da Lei n. 14.133/2021, não configurando restrição indevida à competitividade, tendo em vista que o edital admitirá tanto certificação formal SBIS-CFM quanto comprovação técnica equivalente.

4.8. Ademais deverá prover módulo robusto de relatórios gerenciais e indicadores assistenciais, permitindo a extração de informações estatísticas sobre produtividade, perfil epidemiológico, tempo médio de atendimento, taxa de comparecimento e demais métricas relevantes para a gestão estratégica da área de saúde. A

exportação de dados em formatos padronizados (CSV, PDF, XLS) facilitará a integração com ferramentas analíticas externas e a produção de relatórios institucionais.

4.9. Os serviços de implantação englobarão todas as atividades necessárias para a operacionalização efetiva do sistema, incluindo parametrização inicial da plataforma conforme especificidades institucionais, configuração de perfis de usuário e permissões de acesso, customização de formulários e templates assistenciais, migração de dados históricos relevantes (quando aplicável), realização de testes de homologação e configuração da integração com o Sistema Athenas. O cronograma de implantação será de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias, mediante justificativa técnica apresentada pela contratada e análise da Administração, especialmente nos casos em que integrações ou ajustes técnicos demandem maior prazo de implementação.

4.10. O treinamento dos usuários finais constitui etapa crítica para o sucesso da implementação. O fornecedor deverá promover capacitação para profissionais de saúde, pessoal administrativo e equipe de tecnologia da informação, abordando tanto aspectos operacionais do sistema quanto conceitos fundamentais de segurança da informação e proteção de dados pessoais.

4.11. A capacitação poderá ocorrer nas modalidades presencial ou remota, devendo contemplar carga horária suficiente para garantir proficiência no uso das funcionalidades essenciais da plataforma. O suporte técnico especializado, disponibilizado durante toda a vigência contratual, assegurará a continuidade operacional do sistema mediante atendimento de chamados técnicos, esclarecimento de dúvidas, resolução de incidentes e assistência na utilização de funcionalidades. Os canais de suporte deverão incluir, no mínimo, atendimento telefônico, via e-mail e através de sistema de abertura de chamados eletrônicos.

4.12. A manutenção evolutiva e corretiva, incluída no modelo SaaS, garantirá a atualização contínua da plataforma com novas funcionalidades, correções de segurança, adequações a alterações legislativas e melhorias de desempenho, sem custos adicionais ao MPTO. Esta característica representa vantagem estratégica significativa em relação a modelos de licenciamento perpétuo, nos quais atualizações frequentemente implicam investimentos suplementares.

4.13. A solução como um todo alinha-se aos objetivos estratégicos de modernização institucional, melhoria da qualidade assistencial, conformidade legal, eficiência operacional e sustentabilidade ambiental. A informatização dos processos de saúde eliminará o consumo expressivo de papel e recursos de impressão, contribuindo para a política institucional de responsabilidade socioambiental. A disponibilidade de informações estruturadas e acessíveis em tempo real potencializará a qualidade do atendimento prestado a membros e servidores permitindo decisões clínicas fundamentadas em histórico completo e confiável.

4.13. Justificativa para parcelamento ou não da contratação

4.13.1. A Resolução CNMP n. 283/2024, em seu Art. 17, inciso III, alínea "a", determina que seja avaliada a viabilidade de se realizar o parcelamento da solução de TI a ser contratada em tantos itens quanto se comprovem tecnicamente viáveis e economicamente vantajosos.

4.13.2. No caso específico da contratação de Sistema de Prontuário Eletrônico do Paciente (PEP), o parcelamento do objeto mostra-se técnica e economicamente inviável, pelas razões fundamentadas a seguir. A solução de prontuário eletrônico constitui um sistema integrado e indivisível, cuja funcionalidade plena depende da operação conjunta de seus módulos — incluindo prontuário clínico, agenda, teleconsulta, assinatura digital e integração com o Sistema Athenas. A arquitetura integrada em nuvem (SaaS) opera com banco de dados compartilhado entre todos os módulos, de modo que o fracionamento comprometeria a integridade técnica da solução e a continuidade dos registros de saúde dos membros e servidores atendidos pela Área de Promoção e Assistência à Saúde (APAS) nas especialidades de medicina, odontologia, psicologia, fisioterapia, assistência social e enfermagem. Essa interdependência técnica configura o prontuário eletrônico como solução de tecnologia da informação naturalmente una e indivisível.

4.13.3. Nesse sentido, tanto as licenças de uso quanto o treinamento dos usuários compõem um único objeto contratual — Grupo 1, itens 01 e 02 —, sendo tecnicamente inviável sua adjudicação a fornecedores distintos, pois o treinamento deve ser realizado pelo próprio fornecedor da plataforma, que detém o conhecimento técnico específico do sistema contratado. A separação entre os itens implicaria risco operacional à implantação, comprometendo a capacitação dos profissionais da APAS e a correta utilização dos prontuários nas especialidades atendidas.

4.13.4. Importante ressaltar que a própria Súmula TCU n. 247 estabelece condicionantes para a obrigatoriedade do parcelamento, quais sejam: (i) que o objeto seja divisível; e (ii) que não haja prejuízo para

o conjunto ou complexo, ou perda de economia de escala. No caso em tela, o parcelamento acarretaria prejuízos técnicos, econômicos, operacionais e jurídicos ao MPTO, além de comprometer a segurança dos dados de saúde de membros e servidores, afastando, portanto, ambas as condicionantes exigidas para sua aplicação obrigatória.

4.13.5. Acresce-se que o mercado de sistemas de prontuário eletrônico caracteriza-se pela oferta de soluções integradas em plataforma única, desenvolvidas por fornecedores especializados que detêm propriedade intelectual sobre o conjunto da solução. A tentativa de parcelamento encontraria barreiras práticas na inexistência de fornecedores que comercializem módulos isolados compatíveis entre si, uma vez que cada desenvolvedor utiliza tecnologias, linguagens de programação, arquiteturas de banco de dados e protocolos de segurança proprietários e não interoperáveis, o que tornaria inviável a composição de uma solução funcional e segura a partir de fornecedores distintos.

4.13.6. Portanto, a exceção prevista na própria Súmula TCU n. 247 e no art. 47 da Lei Federal n. 14.133/2021 — que condicionam o parcelamento à viabilidade técnica e econômica, admitindo a contratação integral quando se tratar de solução de tecnologia da informação naturalmente una e indivisível — aplica-se integralmente ao presente caso, sendo a contratação em lote único o meio que melhor atende aos princípios da eficiência, economicidade, segurança da informação e conformidade com a LGPD.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Requisitos do Negócio

5.1.1. Possibilitar o registro eletrônico completo dos atendimentos realizados nas especialidades de medicina, odontologia, psicologia, fisioterapia, assistência social e enfermagem, contemplando prontuário personalizado por especialidade, histórico unificado do paciente, registro de evoluções clínicas e anexação de documentos, imagens e exames complementares;

5.1.2. Garantir o gerenciamento integrado da agenda de atendimentos com agendamento por profissional e especialidade, controle de status do atendimento e histórico de consultas;

5.1.3. Assegurar conformidade integral com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) mediante controle de acesso baseado em perfis de usuário, criptografia de dados sensíveis em trânsito e em repouso, registro completo de trilha de auditoria (logs de acesso e alterações) e política de senhas com autenticação segura;

5.1.4. Viabilizar a assinatura digital de documentos médicos, receitas, atestados e laudos com validade jurídica;

5.1.5. Possibilitar a realização de teleconsultas integradas ao prontuário eletrônico do paciente, com comunicação segura e sem necessidade de aplicativos externos, permitindo o registro automático da teleconsulta no histórico clínico;

5.1.6. Disponibilizar recursos de busca automática de Classificação Internacional de Doenças (CID) e utilização de modelos personalizados de documentos (templates) para otimizar o tempo de atendimento e padronizar a documentação clínica;

5.1.7. Garantir a geração de relatórios operacionais e gerenciais com indicadores de produtividade, permitindo filtros por período, profissional e especialidade, com capacidade de exportação dos dados em formato Excel/Calc (XLS/ODS) para análise e planejamento estratégico;

5.1.8. Assegurar a capacidade de integração com o Sistema Athenas, já utilizado pelo MPTO para gestão institucional, permitindo a troca de informações de cadastro de pacientes, agendamentos, procedimentos e dados administrativos;

5.1.9. Possibilitar a portabilidade completa dos dados em caso de rescisão contratual, garantindo a exportação de todos os prontuários eletrônicos, documentos anexados e dados cadastrais em formato estruturado e compatível com outros sistemas;

5.1.10. Atender às normas e resoluções do Conselho Federal de Medicina (CFM) aplicáveis a prontuários eletrônicos, garantindo a conformidade ético-legal dos registros de saúde.

5.1.11. O fornecedor deverá promover capacitação presencial ou remota para os profissionais de saúde da Área de Promoção e Assistência à Saúde (APAS) do MPTO, com carga horária mínima de 10 (dez) horas, abrangendo todas as funcionalidades do Sistema de Prontuário Eletrônico contratado, incluindo navegação e

interface do sistema, cadastro e atualização de prontuários eletrônicos, registro de atendimentos por especialidade (medicina, odontologia, psicologia, fisioterapia, assistência social e enfermagem), funcionalidades de segurança da informação e controles de acesso, requisitos de conformidade com a LGPD, geração de relatórios e indicadores de saúde, integração com o Sistema Athenas e boas práticas de utilização e recursos avançados.

5.1.12. O treinamento deverá ter início no dia subsequente ao término da implantação do sistema.

5.2. Requisitos Legais

5.2.1. Lei Federal n. 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos): Regramento geral que disciplina as normas para licitações e contratos da Administração Pública, em especial quanto à definição do objeto, modalidade de licitação, critérios de julgamento e habilitação do fornecedor;

5.2.2. Lei Federal n. 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD): Exigência mandatória de que a solução tecnológica possua mecanismos de segurança, controle de acesso e tratamento de dados compatíveis com a privacidade e a proteção de dados sensíveis manuseados pelo órgão;

5.2.3. Resolução CNMP n. 283/2024, disciplina, no âmbito do Ministério Público, os procedimentos relativos à contratação de Soluções de Tecnologia da Informação;

5.2.4. Lei Federal n. 12.965/2014 (Marco Civil da Internet): Observância aos princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil, especialmente no que tange à guarda de registros de conexão e de acesso a aplicações de internet (logs);

5.2.5. Instrução Normativa GSI/PR n. 05/2021: Requisitos mínimos de segurança da informação para utilização de soluções de computação em nuvem pelos órgãos da administração pública, garantindo a integridade, confidencialidade e disponibilidade dos dados.

5.3. Requisitos Sociais, Ambientais, Culturais e de Sustentabilidade

5.3.1. A entrega da solução deverá ocorrer em formato digital, com acesso via licenciamento eletrônico, suporte remoto e documentação em meio eletrônico. Espera-se que os recursos de suporte e manutenção não impliquem deslocamentos desnecessários ou geração de resíduos físicos;

5.3.2. Quando aplicável, os ambientes de execução da solução (servidores) deverão observar critérios de eficiência energética, uso racional de recursos computacionais e políticas de consumo consciente, conforme as diretrizes de sustentabilidade do MPTO e dos órgãos de controle;

5.3.3. A solução deverá ser fornecida no idioma português (Brasil);

5.3.4. Deverá ser fornecida a versão mais recente para toda solução;

5.3.5. As atualizações dentro das versões, manutenções evolutivas ou corretivas, deverão ser automáticas e gratuitas a contar da data de instalação dessas licenças;

5.3.6. As licenças de uso e atualizações de versões deverão ter a validade conforme o período previsto na descrição do objeto.

5.4. Requisitos de Segurança e Privacidade

5.4.1. A solução deverá atender integralmente às diretrizes de segurança da informação estabelecidas pela legislação vigente e pelas normas internas do Ministério Público do Tocantins (MPTO), garantindo a confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados sob sua guarda;

5.4.2. A contratada deverá assinar Termo de Sigilo e Confidencialidade, obrigando-se a não divulgar, reproduzir ou compartilhar, por qualquer meio, dados, informações ou configurações do ambiente computacional do MPTO, salvo mediante autorização expressa. Esse compromisso de sigilo se estenderá também aos dados eventualmente acessados, processados ou visualizados no curso da execução contratual, inclusive após o encerramento do contrato, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa;

5.4.3. Como requisito indispensável à segurança da informação e à proteção patrimonial dos dados, a CONTRATADA deverá apresentar, no ato da assinatura do contrato o Termo de Ciência e Reconhecimento de Propriedade Intelectual, devidamente assinado por seu representante legal, formalizando a concordância expressa quanto à titularidade exclusiva do CONTRATANTE sobre os artefatos produzidos e ratificando o compromisso de sigilo;

5.4.4. Os profissionais envolvidos na prestação dos serviços deverão ser formalmente orientados sobre a obrigação de confidencialidade, e a empresa contratada deverá zelar para que suas equipes cumpram as

normas internas do MPTO relativas à segurança física e lógica, à identificação e ao acesso às dependências e sistemas institucionais;

5.4.5. Além disso, a contratada deverá manter em caráter confidencial, inclusive após a vigência do contrato, as seguintes informações: a política de segurança adotada pelo MPTO, os procedimentos de instalação, configuração e personalização de produtos, ferramentas e soluções fornecidas; quaisquer dados e informações armazenadas em sistemas do MPTO.

5.4.6. O sistema de Prontuário Eletrônico a ser contratado deverá atender integralmente aos requisitos do Nível de Garantia de Segurança 2 (NGS2), estabelecidos no Manual de Certificação para Sistemas de Registro Eletrônico em Saúde (S-RES), elaborado pela Sociedade Brasileira de Informática em Saúde (SBIS) em conjunto com o Conselho Federal de Medicina (CFM), em conformidade com o disposto nos artigos 3º, 4º e 5º da Resolução CFM n. 1.821/2007 ou comprovação técnica equivalente.

5.4.7. A conformidade com o NGS2 constitui requisito normativo obrigatório, decorrente da Resolução CFM n. 1.821/2007, que condiciona a validade jurídica do prontuário eletrônico e a eliminação dos registros físicos em papel ao atendimento integral dos requisitos deste nível de segurança. Sistemas que operem exclusivamente no Nível de Garantia de Segurança 1 (NGS1) não possuem amparo legal para a eliminação do prontuário em papel, conforme art. 4º da referida Resolução.

5.4.8. São requisitos técnicos mínimos de segurança que a solução deverá comprovadamente atender, vinculados ao NGS2: (i) assinatura digital de registros clínicos com certificado digital padrão ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória n. 2.200-2/2001 e do art. 5º da Resolução CFM n. 1.821/2007; (ii) autenticação forte dos usuários com controle de acesso baseado em perfis e funções (RBAC); (iii) registro automático e imutável de trilhas de auditoria de todos os acessos, consultas e alterações nos prontuários, com identificação do usuário, data, hora e natureza da operação; (iv) mecanismos de controle de integridade dos registros clínicos, impedindo alteração ou exclusão sem rastreabilidade; (v) criptografia no armazenamento e na transmissão de dados no ambiente de nuvem (SaaS); (vi) gestão de backups com garantia de recuperabilidade e integridade dos dados; e (vii) conformidade com os requisitos de segurança aplicáveis a dados pessoais sensíveis nos termos da Lei n. 13.709/2018 (LGPD).

5.4.9. Para fins de comprovação, deverá apresentar, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, um dos seguintes documentos: (i) Certificado de conformidade SBIS-CFM NGS2 vigente, emitido pela Sociedade Brasileira de Informática em Saúde; ou (ii) declaração técnica fundamentada, acompanhada de documentação que comprove o atendimento integral a cada requisito previsto no Manual de Certificação SBIS-CFM (S-RES) para o NGS2, com identificação dos mecanismos técnicos implementados e respectivas evidências.

5.4.10. A contratada deverá manter a conformidade com os requisitos do NGS2 durante toda a vigência contratual, comprometendo-se a incorporar eventuais atualizações do Manual de Certificação SBIS-CFM (S-RES).

5.5. Requisitos Mínimos de Arquitetura Tecnológica

5.5.1. Modelo de disponibilização do sistema em arquitetura SaaS (Software como Serviço), com acesso 100% web via navegador (Chrome, Edge, Firefox ou Safari), sem necessidade de instalação de software cliente nas estações de trabalho;

5.5.2. Garantia de disponibilidade mínima de 98% (noventa e oito por cento) do tempo no período de um ano, calculada em base anual, com monitoramento contínuo 24 horas por dia, 7 dias por semana;

5.5.3. Hospedagem em infraestrutura de nuvem segura e redundante, com mecanismos de alta disponibilidade, balanceamento de carga e planos de contingência para recuperação de desastres (Disaster Recovery);

5.5.4. Implementação de backups automáticos e periódicos (no mínimo diários) de todos os dados armazenados no sistema, com possibilidade de recuperação de informações em caso de falhas ou incidentes;

5.5.5. Criptografia obrigatória de dados sensíveis tanto em trânsito (durante a comunicação entre cliente e servidor) quanto em repouso (armazenamento), utilizando protocolos SSL/TLS com certificação digital válida e algoritmos criptográficos atualizados;

5.5.6. Arquitetura multiusuário e multiunidade, permitindo acessos simultâneos de múltiplos profissionais sem degradação de performance, com controle granular de permissões por perfil de usuário e módulo do sistema;

5.5.7. Disponibilização de API REST devidamente documentada para integração com sistemas internos do MPTO, com autenticação segura via API Key.

5.5.8. Deverão ser integradas informações cadastrais dos pacientes (servidores e membros), dados de agendamento, registros de atendimentos e demais informações administrativas necessárias à gestão dos atendimentos realizados pela APAS. Ressalta-se que, ao término do contrato, todos os dados e registros assistenciais deverão permanecer sob posse do MPTO.

5.5.8.1. A integração deverá ocorrer de forma bidirecional, permitindo tanto a importação quanto o envio de informações entre os sistemas.

5.5.8.2. Entre os conjuntos de dados a serem integrados incluem-se, principalmente, dados cadastrais provenientes do módulo de Recursos Humanos do sistema institucional, bem como informações institucionais necessárias à identificação dos usuários e à gestão dos atendimentos.

5.5.9. Capacidade de armazenamento de no mínimo 5 GB (cinco gigabytes) para anexos de documentos, imagens e exames por unidade contratada, com possibilidade de expansão conforme demanda;

5.5.10. Compatibilidade com dispositivos móveis (tablets e smartphones) através de interface responsiva ou aplicativo dedicado para os sistemas operacionais iOS e Android, permitindo acesso aos prontuários em mobilidade;

5.5.11. Atualização contínua da plataforma com correções de segurança, melhorias de performance e novas funcionalidades, realizadas de forma transparente e sem impacto nas operações diárias dos usuários (*zero downtime deployment*);

5.5.12. Registro automático e indelével de logs de auditoria contemplando todas as ações críticas realizadas no sistema (acessos, consultas, modificações e exclusões), com identificação do usuário, data, hora e tipo de operação realizada, em conformidade com os requisitos da LGPD;

5.5.13. As customizações referem-se principalmente à adequação de formulários e templates assistenciais utilizados pelos profissionais da APAS, de modo a contemplar as especificidades de cada área de atendimento. De forma exemplificativa, **odontologia:** formulários com representação gráfica da arcada dentária (odontograma), permitindo o registro dos procedimentos realizados em cada dente; **fisioterapia:** formulários que possibilitem a indicação de regiões do corpo humano para registro das avaliações, queixas e intervenções terapêuticas; **medicina:** formulários clínicos padrão para registro de anamnese, exame físico, evolução, hipótese diagnóstica e conduta; **psicologia:** formulários voltados ao registro de evolução psicológica, anotações clínicas, acompanhamento terapêutico e demais informações pertinentes ao atendimento psicológico, respeitando as boas práticas e a confidencialidade próprias da área; **assistência social:** formulários destinados ao registro de avaliação social, histórico sociofamiliar, encaminhamentos, orientações e acompanhamento social dos usuários. Ademais, os formulários e relatórios deverão contemplar a identidade visual institucional do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO), incluindo a inserção do logotipo institucional.

5.5.14. Fornecimento de ambiente de contingência com link de acesso alternativo em caso de indisponibilidade do ambiente principal, garantindo a continuidade dos serviços essenciais de atendimento.

5.5.15. O profissional de cada área (medicina, odontologia, enfermagem, fisioterapia, psicologia e assistência social) terá acesso ao prontuário eletrônico conforme seu perfil profissional, podendo visualizar e registrar informações pertinentes ao seu atendimento. O acesso deverá respeitar a lógica de controle de permissões por perfil, garantindo que cada profissional tenha acesso apenas às informações necessárias para a execução de suas atividades, podendo haver restrições por tipo de registro ou área do prontuário.

5.6. Subcontratação

5.6.1. É vedada a subcontratação do objeto principal desta contratação, compreendendo a gestão das licenças e o treinamento especializado, devendo a Contratada possuir estrutura própria para o atendimento das demandas do MPTO.

5.6.2. Não se considera subcontratação, para fins de vedação deste item, a utilização da plataforma tecnológica e da infraestrutura de armazenamento em nuvem de propriedade da fabricante do sistema de prontuário eletrônico contratado, uma vez que tais elementos constituem a própria essência do modelo Software as a Service (SaaS).

5.6.3. A permissão contida no item anterior fundamenta-se no art. 122 da Lei n. 14.133/2021, que autoriza a

execução indireta de partes do objeto que não configurem a atividade-fim da contratada no certame, bem como na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, especificamente no Acórdão n. 2450/2025-TCU-Plenário.

5.6.4. Conforme o precedente mencionado, em contratações de soluções de tecnologia em nuvem, a responsabilidade técnica e jurídica pela entrega final e pelo cumprimento dos níveis de serviço (SLA) permanece integralmente com a licitante contratada, independentemente da titularidade da infraestrutura de processamento de dados utilizada.

5.6.5. A Contratada deverá figurar como ponto único de contato (SPOC - *Single Point of Contact*) para o MPTO, responsabilizando-se por qualquer falha na prestação do serviço originada pela fabricante ou pela cadeia de distribuição.

5.7. Garantia da contratação

5.7.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei n. 14.133/2021, em função do baixo valor da contratação.

5.8. Do pagamento

5.8.1. O pagamento será realizado em parcelas mensais e sucessivas, correspondentes aos serviços efetivamente prestados e licenças (subscrições) disponibilizadas no período.

5.8.2. A modalidade de pagamento mensal justifica-se pela natureza da solução (SaaS - Software as a Service), cujas cotações de mercado comprovam ser este o modelo comercial predominante e vantajoso para a Administração.

5.8.3. Tal rito não configura pagamento antecipado, uma vez que a fatura será emitida e paga somente após o encerramento do mês de fruição do direito de uso, caracterizando pagamento por serviço executado.

6. DA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Condições de Entrega

6.1.1. A entrega da solução será realizada exclusivamente em formato digital, mediante licenciamento eletrônico (Software as a Service - SaaS), dispensando-se o envio de mídias físicas ou a instalação em infraestrutura local. A Contratada deverá realizar a implantação completa do software, incluindo a integração com o Sistema Athenas, bem como disponibilizar as credenciais de acesso, links de ativação ou chaves de licença (keys) para o e-mail institucional formalmente indicado pela Fiscalização do Contrato no prazo de 30 (trinta) dias contados da emissão da Ordem de Fornecimento ou da Nota de Empenho, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Contratante, mediante justificativa técnica apresentada pela contratada, especialmente nos casos em que integrações ou ajustes técnicos demandem maior prazo de implementação.

6.1.2. O licenciamento fornecido deverá corresponder, invariavelmente, à versão mais recente da plataforma disponibilizada pelo fabricante no mercado global, assegurando que o MPTO tenha acesso a todas as atualizações de segurança e funcionalidades vigentes. A interface da solução e a documentação técnica de apoio deverão ser disponibilizadas no idioma português (Brasil), acompanhadas das instruções necessárias para o primeiro acesso e configuração do ambiente (onboarding).

6.1.3. A disponibilização do acesso (conforme item 6.1.1) será considerada a etapa de entrega do objeto, dando início aos procedimentos formais de verificação e atesto pela fiscalização, que seguirão os ritos do Recebimento Provisório e Definitivo, conforme detalhado no Item 10 (DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO/SERVIÇO) deste Termo de Referência.

6.1.4. A criação e gestão das credenciais de acesso (login e senha) constituem responsabilidade exclusiva da contratante, que responderá integralmente por sua correta utilização, segurança e confidencialidade, devendo adotar as medidas de proteção necessárias para preservar a integridade do acesso às licenças contratadas.

6.1.5. A validação técnica, a cargo da Área de Promoção e Assistência à Saúde (APAS), será condição indispensável para a confirmação da entrega. Esta etapa consistirá na verificação da ativação das licenças, do funcionamento dos recursos e do cumprimento dos requisitos editalícios, formalizando-se, somente então, o recebimento das licenças de acesso à plataforma.

6.2. Garantia, manutenção e assistência técnica

6.2.1. A Contratada deverá assegurar a plena garantia de funcionamento da solução durante toda a vigência contratual, compreendendo a manutenção contínua das licenças na modalidade SaaS (Software as a Service). Esta obrigação inclui a disponibilização automática e gratuita de todas as atualizações de versão, manutenções evolutivas (novas funcionalidades) e correções de segurança (patches) lançadas pelo fabricante.

6.2.2. Para o atendimento de dúvidas operacionais, incidentes ou falhas técnicas, a Contratada deverá disponibilizar um canal de atendimento para a abertura de chamados técnicos e dúvidas operacionais, como e-mail dedicado, sistema de chamados, telefone, ou chat, à contratante e aos usuários das licenças.

6.2.3. Visando garantir a continuidade dos serviços críticos da APAS, fica estabelecido o Acordo de Nível de Serviço (SLA) - ANEXO I, para a resolução de chamados técnicos. O prazo máximo para a apresentação de solução definitiva não poderá exceder 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da formalização da abertura do chamado pela equipe técnica do MPTO. O descumprimento injustificado deste prazo sujeitará a Contratada às sanções administrativas previstas neste Termo e na legislação vigente.

6.2.4. Adicionalmente, como parte integrante da assistência técnica, a Contratada deverá garantir o acesso irrestrito à base de conhecimento oficial da ferramenta. Isso inclui a disponibilidade de recursos de autoatendimento e aprendizagem contínua, tais como Perguntas Frequentes (FAQs), fóruns de comunidade, documentação técnica atualizada e vídeos educativos (tutoriais), permitindo a capacitação constante dos servidores e a maximização do uso dos recursos da plataforma.

7. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. Obrigações da Contratada

7.1.1. Antes do início da execução contratual, designar formalmente (mediante comunicação escrita) preposto responsável por representar a contratada (Art. 22, I, Resolução CNMP n. 283/2024).

7.1.2. Dar encaminhamento, na figura do preposto, às principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual (Art. 22, II, Resolução CNMP n. 283/2024).

7.1.3. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Administração, durante a execução do serviço (Art. 22, III, Resolução CNMP n. 283/2024).

7.1.4. Disponibilizar todos os meios e facilidades indispensáveis à fiscalização da Solução de TI pela contratante (Art. 22, IV, Resolução CNMP n. 283/2024).

7.1.5. Quando especificada, manter equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da Solução de TI, durante a execução do contrato (Art. 22, V, Resolução CNMP n. 283/2024).

7.1.6. Manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da Solução de TI durante a execução do contrato (Art. 22, VI, Resolução CNMP n. 283/2024).

7.1.7. Dar o cumprimento aos termos da Lei n. 13.709/2018 (LGPD) (Art. 22, VIII, Resolução CNMP n. 283/2024).

7.1.8. Executar os serviços conforme as especificações previstas neste instrumento, na proposta comercial e no contrato, e consoante a legislação aplicável.

7.1.9. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, ainda que parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

7.1.10. Manter, durante o período de vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação no momento da contratação.

7.1.11. Responder por quaisquer danos ou prejuízos provenientes da execução irregular do contrato, correndo às suas expensas as correspondentes despesas de serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções durante ou após sua prestação.

7.1.12. Arcar e responsabilizar-se, com todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: impostos, taxas, salários, transportes, alimentação, diárias, assistência médica, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações civis e quaisquer outras que forem devidas a seus empregados no desempenho dos serviços, ficando ainda a contratante isenta de qualquer vínculo empregatício com estes.

7.1.13. Comunicar à contratante, por escrito, quando verificar condições inadequadas de execução dos serviços ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução.

7.1.14. Substituir, às suas expensas, todo e qualquer serviço executado em desacordo com as especificações exigidas e padrões de qualidade exigidos, que apresentaram problema quanto ao resultado.

7.1.15. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo até a execução dos serviços.

7.1.16. Responsabilizar-se pela fiel execução do serviço no prazo estabelecido.

7.1.17. Disponibilizar à PGJ-TO os números de telefones (fixo e celular), e-mail, ou outra forma de contato da contratada, bem como do preposto responsável pela gestão da execução dos serviços contratados.

7.1.18. Atender as demais obrigações e responsabilidades previstas na Lei n. 14.133/21.

7.1.19. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, segundo os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor.

7.1.20. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação específica (art. 92, XVII, Lei n. 14.133/2021).

7.2. Obrigações da Contratante (PGJ-TO)

7.2.1. Encaminhar formalmente as demandas, preferencialmente por meio de Ordem de Serviço, conforme os critérios estabelecidos no TR (Art. 21, I, Resolução CNMP n. 283/2024).

7.2.2. Apresentar, na forma da legislação em vigor, os documentos e informações necessárias à execução dos serviços objeto da contratação.

7.2.3. Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho.

7.2.4. Rejeitar, com a devida justificativa, qualquer execução do serviço em desacordo com as especificações e obrigações assumidas pela Contratada.

7.2.5. Prestar todas as informações relacionadas à execução do serviço que sejam solicitadas pela Contratada (Art. 21, V, Resolução CNMP n. 283/2024).

7.2.6. Registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução do serviço, adotando as providências necessárias ao seu fiel cumprimento, tendo por parâmetro as cláusulas contratuais.

7.2.7. Receber e atestar a nota fiscal ou fatura emitida pela Contratada, procedendo, conforme o caso, à emissão da nota técnica e envio para as providências relacionadas com o pagamento (Art. 21,II, Resolução CNMP n. 283/2024).

7.2.8. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas neste instrumento (Art. 21, IV, Resolução CNMP n. 283/2024).

7.2.9. Aplicar as sanções administrativas, quando necessárias, observado o direito ao contraditório e a ampla defesa e devido processo legal (Art. 21,III, Resolução CNMP n. 283/2024).

7.2.10. Designar servidor para acompanhar e fiscalizar o contrato, conforme previsto na legislação de regência, e ato interno específico.

7.2.11. Orientar a contratada acerca da correta execução do serviço contratado e autorizar o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho.

7.2.12. Notificar a contratada em razão de qualquer descumprimento das obrigações assumidas no contrato, alertando sobre as penalidades que poderão ser aplicadas, caso persista, de forma injustificada, a irregularidade.

7.2.13. Manter a contratada informada de quaisquer atos da administração pública que interfiram direta ou indiretamente nos serviços contratados.

7.2.14. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da Solução de TI por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável (Art. 21, VI, Resolução CNMP n. 283/2024).

7.2.15. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de TI sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados pertencerão à Administração, justificando os casos em que isso não

ocorrer (Art. 21,VII, Resolução CNMP n. 283/2024).

8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, conforme as cláusulas avençadas e as normas previstas na Lei de regência, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. A gestão e fiscalização do contrato será exercida, no que couber, pelas regras gerais estabelecidas no Capítulo VI (Da execução dos Contratos) da Lei n. 14.133/2021 e nos termos do Ato PGJ n. 018/2023 , publicada no DOMP n. 1658, de 30/03/2023.

8.3. As comunicações entre o MPTO e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo gestor e fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos, e será exercida por servidores designados por ato da contratante, a quem incumbirá acompanhar a gestão e execução dos serviços contratados, para serem cumpridas todas as condições estabelecidas na avença, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, conforme ato interno específico.

8.4.1. Caberá ao Gestor do Contrato a coordenação das atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e de acompanhamento da execução contratual, e dos atos preparatórios à instrução processual, ao encaminhamento da formalização dos procedimentos de competência da Área de Contratos, ao pagamento, à comunicação de ocorrência de infrações administrativas, à extinção dos contratos, dentre outros;

8.4.2. Caberá ao Fiscal Técnico o acompanhamento do contrato para avaliar a execução do objeto nos moldes contratados e aferir se a quantidade, a qualidade, o tempo e o modo da prestação ou da execução do objeto estão compatíveis com os indicadores estabelecidos no edital, para fins de pagamento, conforme o resultado pretendido pela administração, com o eventual auxílio da fiscalização administrativa;

8.4.3. Caberá ao Fiscal Administrativo o acompanhamento dos aspectos administrativos contratuais em relação às obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas, bem como o controle das revisões, reajustes, repactuações, atesto e pagamento das faturas e providências tempestivas quando do inadimplemento do contratado;

8.5. O Gestor e Fiscais terão poderes para agir e decidir perante a Contratada, inclusive rejeitando serviços que estiverem em desacordo com o Contrato, com as Normas Técnicas estabelecidas para o objeto/serviço e com a melhor técnica consagrada pelo uso, obrigando-se desde já a Contratada a assegurar e facilitar o acesso da Gestão e Fiscalização, aos serviços, e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de seu encargo.

8.6. Das decisões do Gestor e Fiscais do contrato, poderá a contratada recorrer à Contratante, responsável pelo acompanhamento do contrato, no prazo de 10 (dez) dias úteis da respectiva comunicação.

8.7. A gestão e fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado, ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes e prepostos, consoante a lei.

9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. A contratada poderá ser responsabilizada administrativamente pelas infrações previstas no art. 155, da Lei n. 14.133/2021 e no artigo 3º, do Ato PGJ n. 06/2025, de 5 de fevereiro de 2025, o qual dispõe sobre o processo administrativo sancionador e a aplicação de sanções administrativas aos licitantes e contratados no âmbito do Ministério Público do Estado do Tocantins, ficando sujeita à aplicação das seguintes sanções, nos termos do artigo 4º, do Ato PGJ n. 06/2025:

9.1.1. Advertência;

9.1.2. Multa;

9.1.3. Impedimento de licitar e contratar;

9.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.2. A aplicação das sanções previstas no item 9.1, ocorrerá sem prejuízo de responsabilização civil, criminal ou outra prevista em lei específica.

9.3. A aplicação das sanções previstas no item 9.1, não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à administração pública.

9.4. A apuração de infrações cometidas por licitante ou contratado e a aplicação das respectivas penalidades, será realizada mediante a prévia e regular instauração de Processo Administrativo Sancionador (Prads), no qual serão assegurados ao infrator o exercício dos princípios do contraditório e da ampla defesa, consoante as normas contidas nos arts. 156 a 163 da Lei n. 14.133/2021, bem como o disposto no artigo 34 e seguintes do Ato PGJ n. 06/2025.

9.5. Nas hipóteses de cometimento de qualquer infração administrativa, poderão ser aplicadas ao infrator, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

9.5.1. Advertência, por faltas de pequena relevância, consideradas estas o descumprimento de obrigações ou deveres que não impactem objetivamente a execução do contrato e não causem prejuízos ao MPTO (art. 156, I c/c § 2º, da Lei n. 14.133/2021 e art. 5º, § 1º do Ato PGJ n. 06/2025).

9.5.1.1. A aplicação da advertência será cabível somente para contratos vigentes ou contratos com garantia do objeto ainda em execução (art. 5º, § 2º do Ato PGJ n. 06/2025).

9.5.2. A multa compensatória, de natureza indenizatória, poderá ocasionar a extinção do contrato e será aplicada em caso de inexecução parcial no valor de 5% (cinco por cento) sobre a parcela inadimplida (art. 155, I e II, Lei 14.133/2021 e art. 13, I, do Ato PGJ n. 06/2025).

9.5.2.1. Para a presente contratação, considera-se (art. 15, I, do Ato PGJ n. 06/2025):

I - inexecução parcial: o atraso injustificado superior a 10 (dez) dias no cumprimento das obrigações principais.

9.5.3. A multa compensatória, de natureza indenizatória, poderá ocasionar a extinção do contrato e será aplicada em caso de inexecução total em 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato (art. 155, III, Lei 14.133/2021 e art. 13, II, do Ato PGJ n. 06/2025);

9.5.3.1. Para a presente contratação, considera-se (art. 15, II do Ato PGJ n. 06/2025):

II - inexecução total: o atraso injustificado superior a 20 (vinte) dias no cumprimento da obrigação principal assumida.

9.5.4. A definição do percentual nos itens 9.5.2 e 9.5.3 considerou a especificidade do objeto, bem como sua essencialidade (art. 13, parágrafo único, c/c 28 do Ato PGJ n. 06/2025).

9.5.5. Multa moratória em razão do atraso na execução ou na entrega do objeto contratado sem motivo justificado; considera-se atraso justificado aquele decorrente de fato superveniente que impeça a execução ou a entrega do objeto no prazo estabelecido, comprovado por meio de documentos (art. 155, VII, Lei 14.133/2021 e art. 10, parágrafo único, do Ato PGJ n. 06/2025).

9.5.5.1. A multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado, limitada a 10% (dez por cento), e calculada sobre o valor da parcela inadimplida, em caso de inexecução parcial, quando ensejar o atraso na execução ou na entrega do objeto contratado sem motivo justificado (art. 155, VII da Lei 14.133/2021 e art. 11 do Ato PGJ n. 06/2025).

9.5.5.2. A aplicação da multa moratória não impedirá a conversão em compensatória e a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas no Ato PGJ n. 06/2025.

9.5.6. O cometimento de infrações durante o certame licitatório poderá ensejar a aplicação de multa nos seguintes percentuais (art. 18 e seguintes do Ato PGJ n. 06/2025):

I - de 2,5% (dois vírgula cinco por cento) a 5% (cinco por cento) pelas condutas de:

a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

b) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

II - de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) pelas condutas de:

a) não celebrar o contrato; ou

b) não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade

de proposta comercial;

III - de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) pelas condutas de:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento durante o certame;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

9.6. Impedimento de licitar e contratar com o estado do Tocantins será aplicado pelo prazo máximo de 3 (três) anos àquele que cometer infração administrativa, quando não se justificar a imposição de sanção mais grave (art. 23 e seguintes do Ato PGJ n. 06/2025).

9.6.1. O impedimento de licitar e contratar com o estado do Tocantins será aplicado quando o licitante ou contratado:

I - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano ao MPTO, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo, pelo prazo de até 3 (três) anos (art. 24, I do Ato PGJ n. 06/2025);

II - der causa à inexecução total do contrato, pelo prazo de até 2 (dois) anos (art. 24, II do Ato PGJ n. 06/2025);

III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame, pelo prazo de até 3 (três) meses (art. 24, III do Ato PGJ n. 06/2025);

IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, pelo prazo de até 6 (seis) meses (art. 24, IV do Ato PGJ n. 06/2025);

V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, pelo prazo de até 1 (um) ano (art. 24, V do Ato PGJ n. 06/2025);

VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado, pelo prazo de até 6 (seis) meses (art. 24, VI do Ato PGJ n. 0006/2025).

9.6.1.1. A conduta do item 9.7.1, inciso I, fica configurada quando o inadimplemento pela contratada for grave ou inescusável (art. 24, §1º do Ato PGJ n. 0006/2025).

9.6.1.2. Enquadram-se na conduta do item 9.7.1, inciso III, os seguintes comportamentos, sem prejuízo de outros verificados no decorrer da licitação ou da execução do contrato (art. 24, §2º do Ato PGJ n. 06/2025):

I - deixar de entregar documentação imposta pelo edital ou contrato;

II - entregar documentação em manifesta desconformidade com as exigências do edital ou contrato;

III - fazer entrega parcial de documentação exigida no edital ou contrato.

9.6.1.3. Consideram-se enquadrados na conduta do item 9.7.1 inciso IV, sem prejuízo de outros verificados no decorrer da licitação ou execução do contrato (art. 24, §3º do Ato PGJ n. 06/2025):

I - deixar de atender a convocações do agente de contratação durante o trâmite do certame ou atendê-las de forma insatisfatória;

II - deixar de encaminhar ou encaminhar em manifesta desconformidade com o edital as amostras solicitadas pelo agente de contratação;

III - abandonar o certame;

IV - solicitar a desclassificação após a abertura de sessão do certame.

9.6.1.4. A conduta prevista no item 9.7.1 inciso V, ficará materializada quando o licitante ou contratado desistir de formalizar o contrato ou aditivo, inclusive após concordar com a prorrogação de vigência (art. 24, §4º do Ato PGJ n. 06/2025).

9.7. Declaração de inidoneidade, que terá prazo mínimo de 3 (três) e máximo de 6 (seis) anos, qualifica negativamente o licitante ou contratado e os impede de licitar ou de contratar com qualquer órgão ou entidade da administração pública, direta ou indireta, de todos os entes federativos (art. 25, do Ato PGJ n. 06/2025).

9.7.1. A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada quando o licitante ou contratado

(art. 26, do Ato PGJ n. 06/2025):

I – apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato, pelo prazo de até 4 (quatro) anos (art. 26, I do Ato PGJ n. 06/2025);

II – fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato, pelo prazo de até 5 (cinco) anos (art. 26, II do Ato PGJ n. 06/2025);

III – comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, pelo prazo de até 5 (cinco) anos (art. 26, III do Ato PGJ n. 06/2025);

IV – praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação pelo prazo de até 5 (cinco) anos (art. 26, IV do Ato PGJ n. 06/2025);

V – praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n. 12.846, de 1º de agosto de 2013, pelo prazo de até 6 (anos) anos (art. 26, V do Ato PGJ n. 06/2025).

9.7.1.1. Considera-se a conduta do item 9.7.1, inciso II, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita ou à indução de agentes públicos a erro (art. 24, §1º do Ato PGJ n. 06/2025).

9.7.1.2. Considera-se a conduta prevista no item 9.7.1, inciso IV, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento da licitação ou do contrato, sem prejuízo de outras que venham a ser verificadas no decorrer da licitação ou da execução contratual (art. 24, §2º do Ato PGJ n. 06/2025).

9.7.2. A aplicação da declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a administração pública direta e indireta deve ser precedida de análise jurídica e será de competência exclusiva do Procurador-Geral de Justiça (art. 27, do Ato PGJ n. 06/2025).

9.8. Quando aplicadas as multas aqui previstas, mediante regular Processo Administrativo Sancionatório, o pagamento dos valores devidos será realizado e processado mediante a observância das regras estipuladas na Subseção V, do Ato PGJ n. 06/2025).

9.9. As sanções descritas nos itens 9.1.1. (Advertência), 9.1.3. (impedimento de licitar e contratar) e 9.1.4. (Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar) poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item 9.1.2. (multa), sendo que a aplicação de uma não exclui a de outra, nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal n. 14.133/2021, nos termos do disposto no art. 4º, §2º, do Ato PGJ n. 06/2025.

9.10. Para a aplicação das sanções administrativas será observado o rito de instrução processual disposto no Capítulo III (Dosimetria), art. 28 a 33 do Ato PGJ n. 06/2025, além dos princípios do contraditório e da ampla defesa, da razoabilidade e da proporcionalidade.

10. DOS CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO/SERVIÇO

10.1. As licenças serão recebidas provisoriamente, de forma sumária, no ato da comunicação de liberação de acesso pela Contratada, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato (Fiscal Técnico), para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.2. As licenças poderão ser rejeitadas, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias a contar do recebimento provisório (item 10.1), após a verificação do objeto e consequente aceitação mediante a emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD).

10.4. Somente após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo (TRD), a Contratada será notificada pelo Fiscal Administrativo para emissão e o fornecimento da Nota Fiscal (ou instrumento de cobrança equivalente), bem como o fornecimento das certidões negativas de débitos.

10.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.6. No caso de controvérsia sobre a execução do serviço, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, a

empresa deverá ser comunicada para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

10.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do serviço ou de saneamento da nota fiscal, ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

11. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

11.1. Liquidação

11.1.1. Recebido definitivamente o objeto, correrá o prazo de **10 (dez) dias** para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos de ato interno específico.

11.1.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem os limites previstos em lei para a dispensa de licitação em razão do valor.

11.1.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a)** o prazo de validade;
- b)** a data da emissão;
- c)** os dados do contrato e do órgão contratante;
- d)** o período respectivo de execução do contrato;
- e)** o valor a pagar; e
- f)** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

11.1.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

11.1.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

11.2. Prazo de pagamento:

11.2.1. O pagamento será efetuado no prazo de até **10 (dez) dias** contados da finalização da liquidação da despesa, em parcela única, conforme seção anterior.

11.2.2. No caso de atraso pelo contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária, ou outro índice que o substitua.

11.3. Forma de pagamento:

11.3.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária em favor da contratada, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pela credora.

11.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.3.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

12. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1. Modalidade e Tipo de Licitação

12.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento licitatório, na modalidade **pregão eletrônico, modo de disputa aberto-fechado**, com emprego do critério de julgamento menor preço, nos termos do art. 6º, XLI c/c art. 56 da Lei Federal n. 14.133/2021.

12.2. Exigências de Habilitação

12.2.1. Habilitação jurídica:

12.2.1.1. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

12.2.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista:

12.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas.

12.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n. 1.751, de 2 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

12.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

12.2.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

12.2.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

12.2.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

12.2.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

12.3. Qualificação Econômico-Financeira

12.3.1. Com o objetivo de aferir a aptidão econômica da licitante para cumprir as obrigações contratuais, conforme disposto no art. 69 da Lei n. 14.133/2021, exige-se a apresentação de **Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede da licitante**, bem como do **Balanco Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social**, que comprovem a boa situação financeira da empresa baseada nos seguintes parâmetros:

- 1) **Obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) superiores a 1,0 (um);**
- 2) **Caso a licitante apresente resultado igual ou menor que 1,0 (um) em qualquer dos índices referidos na alínea anterior, a comprovação de boa situação financeira dependerá da demonstração de Patrimônio Líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.**

12.4. Qualificação Técnica

12.4.1. Os requisitos de qualificação técnica estabelecidos são essenciais e proporcionais à criticidade da contratação, considerando que o sistema de prontuário eletrônico constituirá repositório central de dados sensíveis de saúde de membros e servidores do MPTO, cuja perda, indisponibilidade ou comprometimento pode acarretar danos irreparáveis à continuidade assistencial e à segurança dos pacientes.

12.4.2. A ausência de qualificação adequada do fornecedor representa riscos concretos e elevados de inexecução contratual, descontinuidade do serviço em momento crítico, impossibilidade de integração com o Sistema Athenas (comprometendo um dos principais objetivos da contratação), não conformidade com a LGPD e normas do Conselho Federal de Medicina (expondo a instituição a sanções administrativas e judiciais), perda irreversível de informações clínicas por falhas de backup ou segurança, aprisionamento tecnológico (vendor lock-in) impedindo futura migração de fornecedor, e desperdício significativo de tempo e recursos públicos com retrabalho, remediação de incidentes ou necessidade de nova contratação emergencial.

12.4.3. Ademais, considerando que o MPTO realiza aproximadamente 295 (duzentos e noventa e cinco) atendimentos mensais em seis especialidades distintas, a contratação de solução inadequada resultaria em resistência dos profissionais ao uso do sistema, manutenção paralela de registros em papel (anulando os benefícios esperados), comprometimento da qualidade do atendimento prestado e frustração integral dos objetivos institucionais de modernização, eficiência e conformidade legal. Dessa forma, a licitante deverá apresentar:

12.4.3.1. A comprovação de que trata este item deverá ser realizada mediante a apresentação de, no mínimo, **01 (um) atestado de capacidade técnica**, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre o desempenho de atividade pertinente e compatível em características e prazos com o objeto desta licitação;

12.4.3.2. Para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, o atestado deverá somar o atendimento a, no mínimo, **07 (sete) usuários simultâneos**, o que corresponde à parcela de maior relevância quantitativa do objeto, em estrita observância ao limite de até 50% previsto no § 2º do art. 67 da Lei n. 14.133/2021;

12.4.3.3. Conforme entendimento firmado no Acórdão 519/2025-TCU-Plenário e nos termos do art. 64 da Lei n. 14.133/2021, a Administração reserva-se o direito de realizar diligências para confirmar a veracidade e a efetiva execução dos serviços declarados.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. O valor estimado total da referida contratação é de **R\$ 42.311,33 (quarenta e dois mil, trezentos e onze Reais e trinta e três centavos)**, para o período de 12 (doze) meses, conforme apresentado no quadro abaixo:

Grupo	Item	Descrição do Objeto	Item CATSER	Unid.	Qtd. Total Estimada	Valor Unitário	Valor Total Mensal	Valor Total (12 meses)
01	01	Licença de uso de Sistema de Prontuário Eletrônico em modelo SaaS, com integração com o Sistema Athenas.	26077 - Software como serviço - SaaS	UN	15	R\$ 227,75	R\$ 3.416,25	R\$ 40.995,00
	02	Treinamento	3840 - Treinamento Informática - Sistema / Software	UN	01	R\$ 1.316,33	-	-
VALOR TOTAL (R\$)								R\$ 42.311,33

Tabela 04 - Estimativa do Valor da Contratação

14. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na Lei Orçamentária Anual (2026), classificada na programação orçamentária a seguir:

Unidade Gestora: 070100 - Procuradoria-Geral de Justiça;

Ação: 03.126.1170.1037 - Estruturação de Tecnologia da Informação para as Unidades do MPTO;

Natureza da Despesa: 3.3.90.40 - Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica;

Fonte: 0500 - Recursos Ordinários;

14.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

15. RESPONSÁVEIS PELO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

A Equipe de Planejamento da Solução foi instituída por meio da Portaria PGJ n. 053/2026 (ID SEI 0474348), publicada no Diário Oficial do MPTO n. 2314, nos termos da Resolução n. 283, de 5 de fevereiro de 2024, do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Deste modo, os artefatos de Planejamento serão elaborados e assinados pelos Integrantes Requisitante, Técnico e Administrativo abaixo listados:

EQUIPE	INTEGRANTE REQUISITANTE (Representante da Área Requisitante)	INTEGRANTE TÉCNICO (Representante da Área de TI)	INTEGRANTE TÉCNICO (Representante e da Área de TI)	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO (Representante da Área Administrativa)
SERVIDOR	Lucas Miranda Amgarten	Monalysa Cibelly Lima dos Santos	Van Lins de Paula	Jorgiano Soares Pereira
MATRÍCULA	124121	124093	125029	120026
TELEFONE	(63) 3216-7589	(63) 3216-8868	(63) 3216-7674	(63) 3216-1887
E-MAIL	lucasamgarten@mpto.mp.br	monalysasantos@mpto.mp.br	vanpaula@mpto.mp.br	jorgianopereira@mpto.mp.br

A Equipe de Planejamento da Solução em referência será coordenada pelo servidor Lucas Miranda Amgarten. Os integrantes da Equipe de Planejamento da Solução **DECLARAM** que tiveram ciência expressa das suas indicações e das suas respectivas atribuições antes de serem formalmente designados.

Local e data registrada em sistema.

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA - ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO (SLA)

1. DEFINIÇÃO E OBJETIVO

- 1.1. O presente Acordo de Nível de Serviço (ANS) ou *Service Level Agreement* (SLA) estabelece os parâmetros técnicos e de qualidade mínimos exigidos para a prestação dos serviços de garantia, manutenção e suporte técnico do Sistema Eletrônico de Prontuários, vinculados ao Termo de Referência.
- 1.2. O objetivo deste instrumento é assegurar a tempestividade no atendimento às demandas da Área de Promoção e Assistência à Saúde (APAS) do Ministério Público do Estado do Tocantins (MPTO), garantindo a continuidade e a estabilidade da solução contratada.

2. CANAIS DE ATENDIMENTO

- 2.1. A **CONTRATADA** deverá disponibilizar, durante toda a vigência contratual, canais de comunicação para a abertura de chamados técnicos, acessíveis nos dias úteis, em horário comercial (08h às 18h), compreendendo obrigatoriamente:
- 1) **E-mail de Suporte:** Endereço eletrônico oficial para registro formal das solicitações;
 - 2) **Help Desk / Telefone ou Portal Web:** Meio para interação direta e acompanhamento das demandas.

3. INDICADOR DE NÍVEL DE SERVIÇO

3.1. Para mensuração da qualidade do serviço, fica estabelecido o indicador de **Tempo de Solução de Chamados**, definido conforme a tabela abaixo:

Indicador	Descrição	Meta / Prazo Máximo
Tempo de Solução (TS)	Intervalo de tempo entre o registro oficial do chamado pelo CONTRATANTE e a efetiva apresentação de uma solução definitiva ou medida de contorno (<i>workaround</i>) validada pela Equipe Técnica do MPTO.	Até 05 (cinco) dias úteis

4. PROCEDIMENTOS DE GESTÃO E CONTAGEM DE PRAZOS

4.1. Abertura do Chamado: O prazo de atendimento (TS) inicia-se ("Dia 0") no momento do envio do e-mail ou registro da ocorrência no portal da **CONTRATADA** pela equipe fiscalizadora do **CONTRATANTE**.

4.2. Classificação de Solução: Entende-se por solução:

- a) A correção efetiva de falhas (*bugs*) ou erros na plataforma;
- b) O restabelecimento de acessos ou funcionalidades indisponíveis;
- c) A resposta técnica conclusiva para dúvidas operacionais que impeçam o uso da ferramenta;
- d) A disponibilização de atualizações corretivas (*patches*).

4.3. Suspensão de Prazos: A contagem do prazo poderá ser suspensa ("congelada") caso a resolução dependa de ação exclusiva do **CONTRATANTE** (ex: fornecimento de *logs* internos ou validação de testes), sendo retomada imediatamente após a resposta do órgão.

5. DESCUMPRIMENTO E SANÇÕES

5.1. Considerando a modalidade de pagamento (anual), o descumprimento dos níveis de serviço estabelecidos neste Anexo não ensejará glosa em fatura mensal, mas sim a aplicação de **multas moratórias e/ou compensatórias** por inexecução parcial das obrigações de garantia e suporte.

5.2. Caso a **CONTRATADA** não apresente a solução no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, ficará sujeita às sanções administrativas estipuladas na seção de Penalidades do Termo de Referência e do Contrato, sem prejuízo da responsabilização por eventuais perdas e danos decorrentes da paralisação dos serviços de design e desenvolvimento do MPTO.

5.3. A reincidência no descumprimento do SLA poderá caracterizar inexecução contratual, passível de rescisão unilateral e impedimento de licitar, conforme a gravidade e o impacto nas atividades finalísticas do órgão.

6. BASE DE CONHECIMENTO (AUTOATENDIMENTO)

6.1. Complementarmente ao SLA de atendimento humano, a **CONTRATADA** obriga-se a manter disponível, 24 horas por dia, 7 dias por semana, acesso à base de conhecimento oficial da ferramenta (*Help Center*), contendo Manuais, Perguntas Frequentes (FAQs) e Vídeos Tutoriais, para permitir a resolução autônoma de dúvidas simples pelos usuários.

ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA - TERMO DE COMPROMISSO E MANUTENÇÃO DE SIGILO

INTRODUÇÃO
O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da contratada em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não.

Pelo presente instrumento a <NOME DO ÓRGÃO>, sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada **CONTRATADA**;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º <nº do contrato> doravante denominado **CONTRATO PRINCIPAL**, a **CONTRATADA** poderá ter acesso a informações sigilosas do **CONTRATANTE**;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da **CONTRATANTE**;

Resolvem celebrar o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**, doravante **TERMO**, vinculado ao **CONTRATO PRINCIPAL**, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1. OBJETO

Constitui objeto deste **TERMO** o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela contratada, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela

CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3. DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados **INFORMAÇÕES**, a que diretamente ou pelos seus empregados, a contratada venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

4. DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às **INFORMAÇÕES** que:

I – sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da contratada;

II – tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida da Administração, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5. DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas **INFORMAÇÕES**, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – A contratada se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A contratada compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A contratada deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A contratada obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em

função deste TERMO.

I - Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto - A contratada obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à contratada, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto - A contratada, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I - Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II - Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III - Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV - Identificar as pessoas que, em nome da contratada, terão acesso às informações sigilosas.

6. VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a contratada teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

7. PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a contratada, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme previsto nos arts. 155 a 163 da Lei nº. 14.133, de 2021.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

Este Termo de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro - Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo - O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro - Ao assinar o presente instrumento, a contratada manifesta sua concordância no sentido de que:

I - A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da contratada;

II - A contratada deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

III - A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a

- qualquer tempo;
- IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
- V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;
- VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a contratada não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
- VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a contratada, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;
- VIII – Este termo não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9. FORO

A CONTRATANTE elege o foro da <CIDADE DA CONTRATANTE>, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CONTRATADA
<div></div> <div>NOME DA EMPRESA</div> <div>Representante da empresa</div>

Palmas, nesta data certificada pelo sistema.

ANEXO III DO TERMO DE REFERÊNCIA - TERMO DE CIÊNCIA

INTRODUÇÃO
<p>O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade.</p> <p>No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados. O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade.</p> <p>No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, a mesma deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.</p>

1. IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	XXXX/AAAA		
OBJETO	<OBJETO DO CONTRATO>		
CONTRATADA	<NOME contratada>	DA CNPJ	XXXXXXXX/XXXX-XX

PREPOSTO	<NOME DO PREPOSTO DA contratada>		
GESTOR DO CONTRATO	<NOME DO GESTOR DO CONTRATO>	MATR.	XXXXXXXXXX

2. CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.

FUNCIONÁRIOS DA CONTRATADA		
NOME	MATRÍCULA	ASSINATURA
<NOME DO(A) FUNCIONÁRIO>	<XXXXXXXXXXXX>	
<NOME DO(A) FUNCIONÁRIO>	<XXXXXXXXXXXX>	
...		

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

ANEXO IV DO TERMO DE REFERÊNCIA - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONSENTIMENTO DA LGPD
(EM PAPEL PERSONALIZADO DA EMPRESA)
À PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

A/C: Sr. Gestor do Contrato
PROCESSO Nº _____ / _____ - _____
Prezado Senhor,

Nos termos da Lei 13.709 de 14 de agosto de 2018, DECLARO que tenho pleno conhecimento e cumpro com as obrigações, condições e peculiaridades inerentes à LGPD, que assumo total responsabilidade por este fato e seu fiel cumprimento.

Local , data, nome, e assinatura do responsável legal

ANEXO V DO TERMO DE REFERÊNCIA - TERMO DE CIÊNCIA E RECONHECIMENTO DE PROPRIEDADE INTELECTUAL

INTRODUÇÃO
O presente Termo tem por objetivo formalizar o reconhecimento da CONTRATADA quanto à titularidade exclusiva do CONTRATANTE sobre todos os artefatos e dados produzidos na solução, em cumprimento às disposições do Termo de Referência e da legislação vigente.

Pelo presente instrumento, a empresa [NOME DA CONTRATADA], inscrita no CNPJ sob o n. [00.000.000/0000-00], neste ato representada por seu representante legal, para fins de cumprimento das obrigações contratuais junto à **PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS (PGJ-TO) (CONTRATANTE)**, **DECLARA** ter plena ciência e concordância com os termos abaixo dispostos, referentes à Propriedade Intelectual e Direitos Autorais decorrentes do uso da solução contratada:

1. DA PROPRIEDADE DOS ARTEFATOS PRODUZIDOS PELA CONTRATANTE

A CONTRATADA reconhece que todos os artefatos, fluxos de navegação, textos e documentações inseridas ou criadas pelos servidores e colaboradores do PGJ-TO dentro da plataforma pertencem **exclusiva e integralmente** à Administração Pública.

2. DA NÃO-TRANSFERÊNCIA DO CÓDIGO-FONTE DA PLATAFORMA

Fica estabelecido que a CONTRATANTE (PGJ-TO) não detém direitos sobre o código-fonte, motor de processamento, algoritmos ou infraestrutura do software, sendo este um licenciamento de uso na modalidade SaaS (*Software as a Service*), cujos direitos autorais e industriais permanecem de titularidade da fabricante.

3. DO SIGILO E DA VEDAÇÃO AO USO COMERCIAL

A CONTRATADA compromete-se a não utilizar, copiar, reproduzir, comercializar ou divulgar, para quaisquer fins, os dados e projetos criados pela PGJ-TO na plataforma, garantindo o sigilo necessário nos termos da legislação vigente e das normas de segurança da informação do órgão.

4. DA GARANTIA DE EXPORTAÇÃO E TRANSIÇÃO (LOCK-IN)

A CONTRATADA reconhece a obrigação de garantir que a plataforma permita a exportação integral dos dados e arquivos de design de propriedade da PGJ-TO (arquivos *.fig* ou formatos abertos equivalentes) a qualquer momento e, obrigatoriamente, ao final da vigência contratual, como parte da estratégia de independência e transição contratual.

Local e Data: _____, ____ de _____ de 202_.

[NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL]

[CARGO]

[EMPRESA]

ANEXO II

MODELO DECLARAÇÃO A

QUE SE REFERE O ART. 4º, XI, IN RFB n. 1.234

(somente para a empresa vencedora)

Ilmo. Sr. (autoridade a quem se dirige)

(Nome da empresa), com sede (endereço completo), inscrita no CNPJ n..... DECLARA à (nome da entidade pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da Cofins, e da contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei n. 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I - preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- b) apresenta anualmente Declaração de Informações Econômico-fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ), em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;

(representante legal)

ANEXO IV

MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO n. ____ / ____ CELEBRADO ENTRE A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA E A EMPRESA

A PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, com sede na Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Avenida LO-4, Plano Diretor Norte, em Palmas/TO, inscrita no CNPJ n. 01.786.078/0001-46, neste ato representada pelo Procurador-Geral de Justiça, _____, nomeado pelo Ato - _____ de ____ de _____ de _____, publicado no DOE n. _____ de ____ de _____ de _____, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ n. _____, representada neste ato por _____, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o Processo Administrativo n. _____, e em observância à Lei n. 14.133/2021, à Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006, do ato normativo 016/2023, e demais normas aplicáveis, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. ____/____, mediante as disposições das cláusulas seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO ([art. 92, I e II](#))

1.1. O objeto do presente instrumento é a Aquisição de Sistema de Prontuário Eletrônico em modelo SaaS (Software as a Service) para gestão integrada dos registros de saúde da Área de Promoção e Assistência à Saúde (APAS) do Ministério Público do Estado do Tocantins, com recursos de segurança da informação, conformidade com a LGPD, integração com o Sistema Athenas e geração automatizada de relatórios gerenciais, conforme quantitativos e especificações descritos no Termo de Referência – Anexo I.

1.2. Especificação do objeto:

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO ESPECÍFICA DO OBJETO	UNID. MEDIDA	QTDE	PREÇO UNIT.	VALOR TOTAL
	TOTAL GERAL					

1.3. Vinculam-se a esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência, o Edital da Licitação, a Proposta do Contratado e Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados do primeiro dia útil da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

2.5.1. A divulgação da contratação no Portal Nacional de Contratações Públicas-(PNCP), condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos, deverá ocorrer em até 20 (vinte) dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme art. 94 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência, no todo ou em parte, do objeto ora licitado, sem expressa anuência da PGJ-TO.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor contratação é de R\$..... (.....).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo e os critérios de pagamento ao contratado, e demais condições a ele referentes, encontram-se definidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. No caso de aplicação de reajuste do instrumento contratual, respeitar-se-á o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data do mapa de preços, em 23/03/2026 e observará a variação do Índice de Custos de Tecnologia da Informação (ICTI), apurado pelo IPEA, ou do índice oficial que legalmente venha a substituí-lo com maior adequação técnica.

7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.5. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. Conforme disposto no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA- GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII e XIII](#))

9.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

10.1. Conforme disposto no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

11.1. O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.1.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.1.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata o subitem acima ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei n. 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3. Na hipótese acima, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

11.4. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.4.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.5. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

11.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n. 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I – Gestão/Unidade:

II – Fonte de Recursos:

III – Programa de Trabalho:

IV – Elemento de Despesa:

VI – Nota de Empenho:

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei [n. 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei n. 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei n. 14.133, de 2021](#).

14.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei n. 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei n. 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- FORO ([art. 92, § 1º](#))

16.1. Fica eleito o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Palmas – TO, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei n. 14.133/21](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Azevedo Rocha, Pregoeiro**, em 29/04/2026, às 11:46, conforme art. 33, do Ato PGJ nº 120, de 06 de novembro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
https://sei.mpto.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0
informando o código verificador **0507535** e o código CRC **30F63AD8**.

19.30.1034.0000019/2026-08

Quadra 202 Norte, Av. LO 4, Conj. 1, Lotes 5 e 6, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-218, Palmas/TO.

Telefone: (63) 3216-7600